



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000449544

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1135974-80.2023.8.26.0100, da Comarca de São Paulo, em que é apelante MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A, é apelado RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 35ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Retrataram o Acórdão e julgaram o recurso prejudicado. V.U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores ANA MARIA BALDY (Presidente) E GILSON DELGADO MIRANDA.

São Paulo, 8 de maio de 2025.

MOURÃO NETO
Relator(a)
Assinatura Eletrônica

Apelação n. 1135974-80.2023.8.26.0100

Voto n. 35.194

Comarca: São Paulo (24ª Vara Cível do Foro Central)

Apelante: Mitsui Sumitomo Seguros S/A

Apelada: RGE Sul Distribuidora de Energia S/A

MM. Juiz: *Cláudio Antônio Marquesi*

Consumidor e processual. Fornecimento de energia elétrica. Ação regressiva de ressarcimento de danos proposta por seguradora julgada improcedente. Provimento parcial da apelação interposta pela companhia de seguros, para julgar a ação procedente em parte. Reexame do acórdão determinado pela C. Presidência da Seção de Direito Privado, nos termos do artigo 1.030, inciso II, do Código de Processo Civil.

O C. Superior Tribunal de Justiça, no julgamento dos recursos especiais números 2.092.308/SP, 2.092.310/SP e 2.092.311/SP, submetidos ao regime dos recursos repetitivos, definiu a seguinte tese de direito: “O pagamento de indenização por sinistro não gera para a seguradora a sub-rogação de prerrogativas processuais dos consumidores, em especial quanto à competência na ação regressiva”. Reconhecimento, no caso concreto, da incompetência do juízo, com a consequente anulação da sentença e ordem de remessa dos autos à uma das comarcas dos locais dos fatos, nos termos do artigo 53, inciso IV, alínea 'a' e artigo 46, ambos do Código de Processo Civil.

ACÓRDÃO RETRATADO. SENTENÇA ANULADA. RECURSO PREJUDICADO.

I – Relatório.

Trata-se de apelação interposta por Mitsui Sumitomo Seguros S/A contra a sentença de fls. 229/233, que julgou improcedente a ação regressiva de ressarcimento de danos que propôs em face da RGE Sul Distribuidora de Energia S/A, impondo àquela os ônus da sucumbência, arbitrando a verba honorária em 10% (quinze por cento) do valor da causa (R\$ 3.043,77 – fls. 19).

Este recurso pugna pela reforma integral do *decisum*, a fim de que a demanda seja julgada procedente, nos termos das razões recursais de fls. 236/271.

Contrarrazões a fls. 278/299, requerendo o acolhimento da preliminar de incompetência e, se rejeitada, a manutenção do pronunciamento judicial combatido.

Este órgão colegiado deu parcial provimento à apelação, para julgar parcialmente procedente a demanda, invertendo os ônus sucumbenciais, nos termos do acórdão de fls. 304/312, consignando a ementa que, sub-rogando-se a companhia de seguros nos direitos e ações que competiam ao segurado e sendo de consumo a relação entre este e a empresa de energia elétrica, tem incidência o artigo 100, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor.

Invocando o artigo 105, inciso III, alínea 'a', da Constituição Federal¹, a empresa de energia elétrica interpôs recurso especial (fls. 315/324), que foi seguido do oferecimento das contrarrazões (fls. 342/373).

¹ Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça: (...) III - julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida: a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência; (...).

A C. Presidência da Seção de Direito Privado, à vista do que foi decidido pelo C. Superior Tribunal Justiça no julgamento dos recursos especiais n. 2092308/SP, 2092310/SP e 2092311/SP, ordenou o encaminhamento dos autos “*ao Excelentíssimo Senhor Relator ou a seu sucessor, conforme o disposto nos artigos 108, inciso IV, e 109, caput, do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça, para que o órgão colegiado reaprecie a questão nos termos do artigo 1.030, inciso II, do atual Código de Processo Civil*” (fls. 384/386 – destaques no original).

II – Fundamentação.

Prevalecia neste órgão colegiado o entendimento de que a seguradora, por se sub-rogar nos direitos e ações que competiam ao segurado, podia ajuizar a ação regressiva na comarca onde está sediada, à vista do que dispõe o artigo 100, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor², como se pode conferir nos seguintes julgados: (a) – Apelação n. 1100012-96.2023.8.26.0002 – Relatora Ana Maria Baldy – Acórdão de 29 de outubro de 2024, publicado no DJE de 7 de novembro de 2024; (b) Apelação n. 1088607-94.2022.8.26.0100 – Relatora Flávia Beatriz Gonzalez da Silva – Acórdão de 16 de janeiro de 2025, publicado no DJE de 24 de janeiro de 2025; e (c) Agravo de Instrumento n. 2149106-02.2023.8.26.0000 – Relator Melo Bueno – Acórdão de 29 de novembro de 2023, publicado no DJE de 7 de dezembro de 2023.

Ocorre, porém, que o C. Superior Tribunal de Justiça, no julgamento dos mencionados recursos especiais números 2.092.308/SP, 2.092.310/SP e 2.092.311/SP, submetidos à disciplina dos recursos

² Art. 101. Na ação de responsabilidade civil do fornecedor de produtos e serviços, sem prejuízo do disposto nos Capítulos I e II deste título, serão observadas as seguintes normas: I - a ação pode ser proposta no domicílio do autor (...).

repetitivos, definiu a seguinte tese de direito: “*O pagamento de indenização por sinistro não gera para a seguradora a sub-rogação de prerrogativas processuais dos consumidores, em especial quanto à competência na ação regressiva*” (Corte Especial – Relatora Nancy Andrichi – Acórdão de 19 de fevereiro de 2025, publicado no DJEN de 25 de fevereiro de 2025).

A observância dessa tese é imperativa, na consideração de que o artigo 927, inciso III, do Código de Processo Civil estabelece que os juízes e os tribunais observarão “*os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos*”.

A propósito, Teresa Arruda Alvim Wambier, Maria Lúcia Lins Conceição, Leonardo Ferres da Silva Ribeiro e Rogério Licastró Torres de Mello ensinam que esse dispositivo “*reforça a necessidade de respeito à jurisprudência de órgãos superiores, em determinadas condições, e, aqui, se pode afirmar que a obrigatoriedade se dá num grau mais intenso*”, acrescentando que o “*objetivo destes institutos ou, se se preferir, destes regimes diferenciados de julgamento de recursos, ou destes incidentes, IRDR, e IAC, é justamente o de gerar segurança e previsibilidade*”, acrescentando que não “*teria sentido algum se não tivessem de ser respeitados*”, porque sua “*razão de ser seria brutalmente desrespeitada e sua finalidade inteiramente comprometida*” (Primeiros comentários ao Código de Processo Civil: artigo por artigo. 3ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2020. Páginas 1.459/1.460).

Na lição de Luiz Guilherme da Costa Wagner Júnior, “*é forçoso admitir que apenas às hipóteses referidas nos três primeiros incisos do caput se atribua o caráter vinculante do pronunciamento, não se podendo evitar a aplicação do entendimento fixado previamente, senão na hipótese do distinguish, quando couber, se o caso, mediante audiência pública e concurso de órgãos e entidades*”.

que possam contribuir para o enriquecimento do debate sobre a tese” (Comentários ao Código de Processo Civil: perspectivas da magistratura. Coordenação Silas Silva Santos, Fernando Antônio Maia da Cunha, Milton Paulo de Carvalho Filho e Antônio Rigolin. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2018. Página 932).

E Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery lecionam que, à vista da *“vinculatividade própria da decisão tomada em relação a recursos especiais ou extraordinários repetitivos (CPC 927 III) para os juízes e tribunais inferiores, tais órgãos deverão pronunciar-se perante os demais recursos, de acordo com a decisão proferida”* (Código de Processo Civil comentado. 21ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2019. Página 2.388).

Destarte, não se estendendo à seguradora o benefício do artigo 101, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor, segundo o qual *“a ação pode ser proposta no domicílio do autor”*, deve ser aplicada a regra do artigo 53, inciso IV, alínea 'a', do Código de Processo Civil, que considera competente o foro do lugar do ato ou do fato para a ação de reparação de dano.

No caso concreto, como os fatos ocorreram em duas comarcas distintas e, portanto, com competência concorrente [Irai (RS) e Campestre da Serra (RS)], deve ser aplicado, por analogia, o disposto no artigo 46 do Código de Processo Civil³.

A autora informará por petição a sua escolha, devendo a serventia providenciar a remessa para a Comarca escolhida, sem a necessidade de novo despacho.

³ TJSP; Apelação Cível 1002733-10.2023.8.26.0100; Relator (a): Gilson Delgado Miranda; Órgão Julgador: 35ª Câmara de Direito Privado; Foro Central Cível - 24ª Vara Cível; Data do Julgamento: 31/03/2025; Data de Registro: 31/03/2025.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

III – Conclusão.

Diante do exposto, **retrata-se o acórdão de fls. 304/312**, para acolher a preliminar de incompetência e anular a sentença guerreada, ordenando a remessa dos autos à Irai (RS) ou Campestre da Serra (RS) (após a escolha da autora), **ficando prejudicada esta apelação**, nos termos da fundamentação supra.

MOURÃO NETO

Relator

(assinatura eletrônica)